

O governo das casas aristocráticas (séculos XVII-XIX)

Nuno Gonçalo F. Monteiro

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

São muito diversificadas as perspectivas de análise a que se pode recorrer para o estudo das economias aristocráticas do período moderno tardio. Na própria época, a literatura inspirada na económica clássica produzia um amplo e muito difundido manancial de preceitos sobre o governo desejável da casa. Por seu turno, os clássicos do pensamento social legaram-nos um significativo conjunto de reflexões sobre os modelos do ethos aristocrático e a sua relação com a economia. Finalmente, deve recordar-se que existe uma ampla produção historiográfica internacional sobre o assunto, a qual, muito frequentemente, pende para um confronto entre a gestão dos recursos aristocráticos e os modelos de gestão empresarial.

Nesta intervenção, ir-se-ão destacar, em primeiro lugar, algumas das condicionantes básicas dos comportamentos aristocráticos. Desde logo, o peso das heranças recebidas, tanto ao nível dos patrimónios herdados, como dos modelos de actuação. Mas destacar-se-á, sobretudo, a relevância da inserção social e institucional do grupo: são as formas específicas de integração da elite aristocrática na sociedade de corte da monarquia da dinastia de Bragança que vão circunscrever as suas estratégias de reprodução social e, em boa medida, as formas de administração de patrimónios que podiam ser sempre ampliados através da remuneração de novos serviços.

Por fim, proceder-se-á a um confronto entre as modalidades de administração dos patrimónios aristocráticos nos inícios do século XVII (com base no pouco que se conhece) e em finais do século XVIII. Ao contrário das ordens monásticas, não existiam regras relativamente definidas de administração das rendas aristocráticas. E, contra o que algumas vezes se afirma para outras aristocracias, a evolução no tempo faz-se de modelos mais conformes com a racionalidade dita «económica» para outros dela mais se afastam. De resto, a escassa burocratização da administração das grandes casas aristocráticas portuguesas constitui uma das suas marcas singulares, tal como as estruturas das suas despesas correntes. Explicar essas especificidades numa perspectiva europeia comparada, eis o que se procurará fazer a concluir.